

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

Parecer: 46/2025.

Projeto de Lei: 46 de 21 de julho de 2025.

Autor: Executivo Municipal.

Matéria: Propõe a criação de programa de apoio financeiro a atletas amadores e entidades esportivas que representem o Município de Terra de Areia em competições.

Relator: Lucas Justin Vieira Conclusão: Favorável

Ementa: Institui o Programa de Apoio e Incentivo ao Esporte no Município de Terra de Areia, e dá outras providências.

Relatório

O Projeto de Lei nº 45, de 21 de julho de 2025, tem por finalidade a criação de programa de apoio financeiro a atletas amadores e entidades esportivas que representem o Município de Terra de Areia em competições de nível estadual, nacional ou internacional, por meio da concessão de ajuda de custo.

Parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Em observância ao proposto PL, verifica-se que este atende aos princípios contidos na Magna Carta no tocante à legalidade, publicidade e eficiência, não se descurando estar em consonância com o disposto no Art. 30, incisos I e II e Art. 37, caput.

O Art. 217 assegura a promoção do esporte como dever do Estado e direito de todos estabelecendo práticas desportivas formais e não formais, garantindo a autonomia das entidades esportivas, o incentivo ao lazer e ao esporte de rendimento e a destinação de recursos públicos prioritariamente ao desporto educacional.

Já a Lei Orgânica confere competência ao Município para legislar, regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, os espetáculos e os divertimentos públicos (art. 6°, XXII). Cabendo ainda estimular a educação e a prática desportiva e proteger a juventude (art. 8°, IX e X).

Noutro polo a Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) guarda consonância com a política nacional de incentivo ao esporte, principalmente no tocante à promoção do desporto de rendimento e à transparência na gestão de recursos.

Diante do exposto não há vício de iniciativa, pois o projeto versa sobre matéria de organização administrativa e política pública municipal, de competência do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

não há afrontando ao pacto federativo, visto que a matéria se insere na competência suplementar do Município além de observância das regras orçamentárias, evitando violação ao princípio da legalidade financeira, manifestando-se essa relatoria favoravelmente à tramitação da ordem.

Conclusão do Voto

Diante dos fundamentos retro expostos, esta relatoria, após debate realizado na Comissão, disponibiliza o presente voto favorável à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, 08 de agosto de 2025.

Vereador Presidente

Vereador Relator

Pelas Conclusões:

Vereador Vereador Vereador Vereador